

NARRATIVA E ACONTECIMENTO NO CASO ISABELLA: ALGUMAS REFLEXÕES PRELIMINARES

NARRATIVE AND EVENT IN ISABELLA'S CASE: SOME PRELIMINARY THOUGHTS

*Conrado Moreira Mendes*¹

*Waldir Beividas*²

RESUMO: O presente artigo analisa à luz dos conceitos de *narrativa* e de *acontecimento*, advindos da Semiótica Discursiva, a cobertura jornalística do *Jornal Nacional* a respeito do *Caso Isabella*, um dos episódios de maior repercussão dos últimos anos do jornalismo brasileiro. A análise se centra nas duas lógicas do discurso evidenciadas por Zilberberg (2006): a lógica implicativa e a lógica concessiva. No primeiro caso, as relações são de pressuposição, a partir do construto da teoria greimasiana da narrativa. No outro, os estudos sobre acontecimento reservam uma posição de destaque a eventos da ordem do não esperado, do fortuito. A análise salienta ainda a pertinência do conceito de *acontecimento de longa duração* (TATIT, 2009) ao *corpus* examinado.

Palavras-chave: Acontecimento; Narrativa; Semiótica Discursiva; Comunicação.

ABSTRACT: This paper analyzes from the concepts of Discursive Semiotics, narrative and event, the journalistic coverage of *Jornal Nacional* on Isabella's case, one of the episodes of greatest impact in recent years in Brazilian journalism. The analysis focuses on two discursive logics evidenced by Zilberberg (2006): the implicative and the concessive. In the first case, the relations are characterized by assumption, following greimasian narrative theory. In the other

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: conradomendes@yahoo.com.br

² Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: waldirbeividas@gmail.com

case, the studies about event reserve a relevant position for unexpected phenomena. The analysis also highlights the relevance of the concept of *long-term event* (TATIT, 2009) over the examined *corpus*.

Keywords: Event; Narrative; Discursive Semiotics, Communication.

A figuratividade não é uma simples ornamentação das coisas, ela é esta tela do parecer cuja virtude consiste em entreabrir, em deixar entrever, graças ou por causa de sua imperfeição, como que uma possibilidade do (além) sentido. Os humores do sujeito reencontram então, a imanência do sensível.

A. J. Greimas

INTRODUÇÃO

De repente, um fato desconcertante. Estupefato, todo cidadão brasileiro, num dia corriqueiro entrando o outono de 2008, se vê frente a um acontecimento desproporcional e inesperado sob quaisquer ângulos que se tomem: uma menina de cinco anos ao chão, morta, caída do sexto andar de um apartamento com a tela de proteção rasgada. Imediata e aguda comoção nacional, o *Caso Isabela*³, assim que chegado às mídias, ocupa instantaneamente manchetes, horários e cadeias dos principais meios de comunicação. Episódio de temas e significação ímpar, clamor público de toda a sorte, do cuidado micro-familiar à transcendência da justiça divina, tudo a reclamar a atenção e comentários de todos os segmentos da sociedade. Diante disso, uma teoria da significação, que busca as matrizes de produção da significação dos vários discursos da cultura, não poderia ficar desatenta ao que conviria bem chamar o discurso da vida, nua e crua, ou, à escolha, as vicissitudes dos acontecimentos da vida, também eles como discurso.

³ No episódio, pai e madrasta de Isabella Nardoni, de cinco anos, foram acusados de matar a menina de forma brutal, jogando-a da janela do sexto andar do apartamento da família, localizado na Grande São Paulo.

Assim sendo, diante de um evento de tamanha peculiaridade e movidos pelo interesse de examinar o discurso da vida – sob um viés semiótico⁴ –, faremos algumas reflexões iniciais a respeito do relato do *Jornal Nacional*⁵ sobre o chamado *Caso Isabella*. Nossa pequena análise se centrará, especificamente, em dois aspectos: a narrativa e o acontecimento. Por um lado, remontaremos à teoria greimasiana, à noção de nível narrativo do percurso gerativo de sentido; assim, analisaremos o *corpus* a partir de uma *lógica implicativa*, isto é, uma ordem em que uma fase da narrativa sempre é pressuposta pela anterior. Paralelamente, o *corpus* também será examinado sob o viés daquilo que Zilberberg (2006) chama de *lógica concessiva*, pela noção de *acontecimento*.

Recordamos que o estruturalismo, corrente de pensamento a que a teoria greimasiana se filia, fora acusado de se manter no interior da previsibilidade das estruturas, limando de seu escopo os dados que desrespeitassem a estaticidade e a organização pré-conhecida de seu construto teórico, isto é, a partir da referida noção de narrativa. O estudo de fenômenos que irrompem de maneira inesperada, subvertendo uma lógica implicativa (do silogismo), confronta o pensamento estrutural com questões que o fazem refletir sobre como dar conta do fortuito. O exame de um acontecimento engendrado em e por um texto midiático se justifica pela razão de os meios de comunicação se fazerem (oni)presentes em nosso cotidiano, assim como aponta Silverstone (2002), além de dialogarem intimamente com nossas práticas, dentre outros níveis de pertinência para a semiótica (FONTANILLE, 2008).

Desse modo, estas reflexões preliminares, que subsidiam trabalho futuro de tese sobre uma estrutura semiótica do sensível⁶, pretendem estabelecer duas análises em paralelo, cada uma sob uma perspectiva: a primeira, a partir da lógica discursiva implicativa, e a segunda, a partir da lógica concessiva. Ao fazê-lo, não visamos a advogar por uma em detrimento da outra, mas a evidenciar os distintos pontos de vista que, conseqüente e saussurianamente, criam dois objetos também distintos.

⁴ A semiótica a que nos referimos é a de linha francesa, conhecida como Semiótica Discursiva ou Escola de Paris.

⁵ Noticiário exibido diariamente às 20h15min pela Rede Globo de Televisão.

⁶ MENDES, C. M. *Por uma estrutura semiótica do sensível*. Universidade de São Paulo (2013), tese de doutorado em andamento, sob orientação de W. Beividas.

A seguir, faremos uma breve retomada dos conceitos imprescindíveis à análise para, em seguida, examinar o *corpus*.

1. NARRATIVA E LÓGICA IMPLICATIVA

Num sentido lato, o termo *narrativa* é utilizado para designar um discurso de caráter figurativo, contendo personagens que realizam ações. A narrativa, nesse sentido, comporta abstratamente um conjunto de pressuposições, o que se chama em semiótica *esquema narrativo*, composto por três instâncias: a qualificação do sujeito, a realização de uma ação e, por fim, uma sanção, tanto reconhecimento como retribuição pela ação realizada. Assim sendo, A. J. Greimas, na esteira de V. Propp, concebe a narrativa como uma sucessão temporal de ações (GREIMAS & COURTÉS, 2008, p. 327-329). Igualmente, uma narrativa simples, em semiótica, se define como a passagem de um estado anterior a um estado posterior. Portanto, a frase: “Isabella Nardoni foi brutalmente assassinada” pode ser preliminarmente analisada como a passagem de um estado anterior de conjunção (com a vida), para um estado posterior de disjunção.

A releitura de Greimas do esquema de Propp, que havia estabelecido 31 funções para o conto maravilhoso russo, percebeu que as narrativas inventariadas pelo folclorista russo não eram apenas histórias de um herói, mas também, ainda que de forma menos explícita, a história de um vilão. Isso quer dizer que existe sempre na narrativa uma estrutura polêmica, isto é, dois percursos narrativos opostos: o do sujeito e o do antissujeito, os quais visam a um mesmo objeto-valor. O esquema narrativo funda-se em tal estrutura elementar, a qual tem, portanto, estatuto necessariamente polêmico-contratual: uma disputa de objeto de valor entre sujeito e antissujeito. O percurso narrativo, núcleo do esquema narrativo, compõe-se de uma instância transcendente e de uma instância imanente. Naquela, encontra-se o Destinador responsável por manipular e sancionar o sujeito. Nesta, atua o sujeito, considerado Destinatário. Completando tal estrutura polêmica, por outro lado, encontra-se o anti-Destinador, responsável por manipular e sancionar o antissujeito, o qual, conseqüentemente, caracteriza-se por ser um anti-Destinário.

O percurso narrativo é uma sequência hipotática, isto é, elementos em patamares hierarquicamente distintos, de programas narrativos simples ou complexos. Um programa narrativo é uma unidade sintática simples e os actantes são sujeitos ou objetos quaisquer que respondem por ações ou

funções no interior da narrativa, isto é, por papéis actanciais. O programa narrativo (PN) se baseia na existência de um enunciado de fazer que rege um enunciado de estado. Em outras palavras, o PN deve ser visto como uma mudança de estado efetuada por um sujeito-destinador (S_1) que afeta outro sujeito-destinatário (S_2), fazendo com que este entre em conjunção ou disjunção com um objeto qualquer. Assim sendo, para Greimas e Courtés (2008, p. 334): “(...) todo segmento narrativo que se pode reconhecer no interior de um discurso-enunciado é, conseqüentemente, analisável em PN”. Sucintamente, o percurso narrativo canônico compõe-se de quatro PNs em que o posterior sempre pressupõe o(s) anterior(s): a *manipulação*, a partir da qual o Destinador manipula o sujeito de fazer a realizar uma ação; a *competência*, quando o sujeito de fazer adquire um SABER-FAZER; a *performance*, que equivale à realização propriamente dita da ação e, por fim, a *sanção*, em que o Destinador-julgador reconhece e premia/castiga a realização de tal ação. Para Greimas, as estruturas narrativas regem as estruturas discursivas. Em outras palavras, a estrutura narrativa, sendo mais abstrata, dá conta das complexificações e concretizações daquela que é mais próxima à manifestação textual, ou seja, da estrutura discursiva. Assim, a narrativa aparece como o princípio organizador de qualquer discurso e, em última instância, do próprio imaginário humano “A estrutura actancial aparece cada vez mais como apta a dar conta da organização do imaginário humano, projeção de universos coletivos tanto quanto individuais” (GREIMAS, 1973: 162).

A força epistemológica dessa reflexão de Greimas conserva ainda hoje, a nosso ver, todo o seu vigor heurístico, mesmo que tenha passado quase despercebida, ao longo dos tantos anos de sua formulação original, pela maioria das disciplinas voltadas à condição humana. Aplicada canonicamente, essa estrutura actancial e o modelo narrativo proposto por ele nas primeiras décadas da sua teoria semiótica, muitos foram os embates descritivos com que as pesquisas depararam, ao procurarem sair pouco a pouco da esfera dos textos acentuadamente narrativos, e mesmo da esfera dos textos “de papel” em geral, para tentar descrever a emergência e construção do sentido em outros regimes da sua produção, primeiro, nas outras linguagens não verbais, em seguida, nas práticas cotidianas, nas interações sociais. Passar dos textos estabilizados de papel para o discurso instável da vida, tal desafio exigiu forte revisão crítica das primeiras formulações narrativas. Os estudos recentes da semiótica puderam perceber, recuando, pois, o olhar no tempo, que a narrativa em Greimas

esteve fortemente alicerçada numa sintaxe narrativa e discursiva de geração de um semantismo quase exclusivamente fundado na *implicação*.

Conceito tradicional, pertencente e importado da lógica⁷, a implicação vem sendo discutida e absorvida entre pesquisadores da semiótica, em contraface com o conceito de *pressuposição*, em duas vertentes, uma progressiva e uma retroativa: na primeira, teríamos a entender o percurso narrativo como uma sequência implicativa de deveres a serem seguidos ou de “necessidade” lógica: a manipulação implica transformação da competência que implica uma *performance* que, a sua vez, implica o seu julgamento, a sanção; na segunda, ao que parece, mais reivindicado por Greimas, a implicação tem como anterioridade lógica a pressuposição: dado o texto global como algo *posto*, a descrição deveria recuperar todo o seu *pressuposto*. Nesse caso, a sanção pressupõe uma *performance* que pressupõe a competência do sujeito, que por sua vez pressupõe o regime de manipulação por algum Destinator.

Tanto numa como noutra vertente, a impressão que tal inflexão implicativa vem deixando no ambiente das pesquisas semióticas é que o texto acaba aparecendo como lugar de “estabilidades”, de fases previamente determinadas, em suma, de algo inteiramente previsível. Seguramente, essa implicação é razoavelmente admissível e verificável se tomamos textos canônicos em narrativa, do etnólogo Propp da Rússia dos anos 20 do século anterior, até *Senhor dos Anéis* ou *Avatar* da Hollywood dos anos 10 do século de agora – para ilustrar com isso que o imaginário actancial perdura, sobretudo quando os valores ideológicos de base estão dados de antemão pelos Destinatores. Mas a vida real, isto é, os discursos concretos

⁷ Cabe aqui uma importante reflexão de Benveniste, altamente pertinente no que se refere à epistemologia das ciências humanas, dado bastante esquecido no ambiente da interface entre razões lógicas e razões linguísticas. Mais uma vez, tal como no magistral texto “Categorias de pensamento e categorias de língua” (1991: 68-80), Benveniste sugere uma “prioridade” do linguístico sobre o lógico: no tesouro da língua, tal como se expressava Saussure, no âmbito do paradigma de escolhas de signos, “se o inventário semiótico, diz Benveniste, compreende o signo « *se* » (conjunção de hipótese), é preciso admitir igualmente sua função particular que é a função de indução, « *se... então* ». Essa conclusão teria indiscutível interesse (*un intérêt certain*), o fundamento da indução seria linguístico antes de ser lógico” (1974: 223). Obs. Preferimos verter direto do original para evitar o incômodo erro de tradução da versão brasileira disponível, que traduziu a expressão acima por “um certo interesse”, o que, a nosso ver, prejudica sensivelmente a conclusão do autor (cf. 1989: 228).

da vivência cotidiana fogem a essa previsibilidade, estabilidade ou vetor exclusivamente implicativo. Isto é, acontece que, na vida, sempre algo acontece. E a semiótica de hoje, mais atenta e comprometida com os efeitos de significação surgidos do inesperado, tenta hoje investigar com mais sensibilidade fenômenos ou conceitos como de *acontecimento* (Zilberberg), de *acidente* e de *risco* (Landowski): em complemento (crítico) à semiótica implicativa da narrativa greimasiana – se... então! – as pesquisas de hoje vêm introduzindo no centro da cena semiótica uma lógica *concessiva* – embora não houvesse chance de ocorrer... mesmo assim ocorreu!; uma lógica *acidental* – ...nada parecia indicar! – e uma lógica do *risco*: ...nada garante!⁸

2. ACONTECIMENTO E LÓGICA CONCESSIVA

Atualmente parece estar na agenda das ciências humanas e da linguagem o estudo de fenômenos que alguns autores, cada um à sua maneira, denomina *acontecimento*. Essa coincidência passa pelo estudo da experiência em várias instâncias (pública, estética, estésica etc.), a qual remete sempre ao universo do sensível.

No âmbito das ciências sociais e políticas, citamos o trabalho de L. Quéré (2005), segundo o qual, o acontecimento não é unicamente aquilo da ordem do que ocorre, mas principalmente do que ocorre para alguém: “Se ele acontece a alguém, isso quer dizer que ele é suportado por alguém. Feliz ou infelizmente” (QUÉRÉ, 2005:61). Dialogando com os trabalhos de G. H. Mead e H. Arendt, o autor mostra que o acontecimento introduz necessariamente alguma coisa nova, uma ruptura: “O acontecimento introduz uma descontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade” (idem). Para ele, essa descontinuidade apresentada pelo acontecimento não tem representatividade nela mesma, apenas a quem o acontecimento se dá: “(...) aquele a quem o acontecimento acontece parecerá afligido, desolado ou, pelo contrário, radiante, alegre, etc.” (p. 68).

Na seara da análise do discurso francesa, P. Charaudeau (2006) afirma que para que o acontecimento exista é necessário dar-lhe nome, já que o acontecimento não significa nada em si mesmo: “O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso” (p. 132). Ou seja, quando

⁸ O termo “lógica” aqui empregado não induz a pesquisa ao terreno da lógica propriamente dita, mas refere-se às leis discursivas, portanto semióticas de direito e de fato, que estão imanentes nesse novo ponto de vista não implicativo.

se fala em *acontecimento* promove-se a discursivização dos fatos do mundo natural. Assim sendo, o acontecimento não é da ordem do ontológico, mas daquilo que é construído no e pelo discurso, o qual, pela tradição dos estudos de AD, é sempre indissociável da história e do sujeito.

No domínio da semiótica discursiva, podemos dizer que a gênese de questões correlatas às do *acontecimento* remonta à última obra de Greimas, de 1987, *Da Imperfeição*. Nela, o semioticista lituano trata do momento estético/estésico da apreensão de um objeto, ou, no limite, quando o objeto toma, de chofre, por completo o sujeito:

O objeto estético único, efêmero, percebido uma única vez na vida: sua aparição se deve, ademais, a uma convergência de circunstâncias e não a uma disposição particular do sujeito. É no próprio instante em que ele penetra na sala que a vela é acesa pela empregada e que produz a fratura (...), revelando o objeto estético em todo seu esplendor. (...) Trata-se de uma inversão completa de papéis; enquanto nos textos dos autores europeus é o sujeito que, na apreensão estética, tem um papel ativo e compreendedor, e o objeto solicitado se dirige às vezes na sua direção, para o escritor japonês, é o objeto que é 'pregnante'; mais ainda: é ele que exala a energia do mundo, e bem aventurado é o sujeito se lhe ocorrer encontrá-lo em seu caminho (GREIMAS, 2002, p. 49, 51).

É assim, na estesia (do grego, sensação), que o sujeito é apreendido pelo objeto ou com ele entra em conjunção. Trata-se do momento em que sujeito e objeto, provenientes do mesmo radical latino *jectus*⁹, voltam a ser uma coisa só, concretizando o objetivo de qualquer narrativa. Assim, a estesis é definida como “momento em que a consciência do sujeito está no ponto de dissolver-se em um mundo excessivo” (2002, p. 53).

Consideramos que o excesso (do sensível)¹⁰ a que Greimas se refere ganha em operacionalidade na obra de Cl. Zilberberg (2006), por meio da articulação dos estados de coisa e estados de alma. O semioticista francês tem se voltado para esse tema nos últimos anos e é principalmente a partir das noções de extensidade e intensidade (inteligível e sensível, respectivamente) que concebe o acontecimento (2006, 2007). Situando seu ponto de vista como *semiótica tensiva*, em complemento e avanço

⁹ *Sujeito* vem do latim *sub-jectus*, que significa lançar para baixo; *objeto* também de origem latina *ob-jectus* significa lançar para fora.

¹⁰ Ainda no âmbito da semiótica discursiva, outros trabalhos se destacam no tocante ao sensível, notadamente os de E. Landowski (2004 e 2006).

crítico por relação à *semiótica narrativa* anterior, o autor diferencia *fato* de *acontecimento* ao afirmar: “(...) cabe sublinhar que o fato tem por correlato intenso o acontecimento. (...) O acontecimento é o correlato hiperbólico do fato, do mesmo modo como o fato se inscreve como diminutivo do acontecimento” (2007, p. 16). Desse modo, o acontecimento é raro, ao passo que o fato é numeroso. No acontecimento haveria, enfim, uma alta concentração de carga tímica, (do grego *thumós*, afeto). A sintaxe tensiva do acontecimento apresenta a figura do inesperado – o sobrevir – que não é ou não pode ser visado, antecipado:

Quando a coisa acontece, já é tarde demais! O acontecimento não pode ser apreendido senão como algo afetante, perturbador, que suspende momentaneamente o curso do tempo. E quando ele ganha em legibilidade, perde em agudeza. (ZILBERBERG, 2006, p. 142 – versão provisória de tradução em andamento por L. Tatit, I. C. Lopes e W. Beividas).

Zilberberg (*idem*) define o acontecimento como o sincretismo do andamento e da tonicidade. Em termos simples e breves, é o produto da velocidade aguda de um evento com sua energia e força de impacto no sujeito. Essas subvalências da intensidade agiriam juntas perturbando o sujeito por meio de uma ruína modal instantânea, deixando apenas um *sofrer* a esse sujeito estupefato. Em relação à extensidade, a temporalidade é aniquilada – o tempo fica, para esse autor, “fora dos eixos”. O mesmo se pode dizer quanto à espacialidade, pois o sujeito estupefato se vê “pregado no chão”, ou, num lapso de tempo, engolido por um buraco negro, retirado de sua própria ambiência:

O acontecimento, na qualidade de grandeza tensiva, deve ser apreendido como uma inversão das valências respectivas do sensível e do inteligível: conduzida por um andamento rápido demais para o sujeito, o acontecimento leva o sensível à incandescência e o inteligível à nulidade (ZILBERBERG, 2006, p. 142 – versão provisória dos tradutores L. Tatit, I. C. Lopes e W. Beividas).

Agindo contra esse programa, o discurso atuaria como um contra-programa, uma espécie de frenagem do andamento acelerado, isto é, uma intelecção do que é essencialmente sensível. Se para Charaudeau (2006), “acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso”, para Zilberberg (2007), o discurso depende do acontecimento e do fato para existir. Ele se constrói justamente pela sucessão de continuidades de

descontinuidades, o que justifica a existência de um programa de frenagem a que este autor se referiu.

A hipótese de acontecimento para Zilberberg é a “realização súbita e extática do irrealizável” (2006, p.148), mais precisamente, esse sistema levaria em conta uma modalidade concessiva: *ainda que não fosse possível, tal coisa aconteceu*. O autor afirma ainda que o acontecimento compreende a interseção de três modos: o sobrevir para o modo de eficiência; a apreensão para o modo de existência; a coesão para o modo de junção. (2007, p.24).

Para F. Jullien, a cultura europeia – e acrescentaríamos também aquelas que tiveram sua influência, como a brasileira – define-se como a cultura do acontecimento:

Pela ruptura que produz e todo o imprevisível que instaura, pelo que permite de concentração, por conseguinte de tensão e portanto também de *pathos*, o acontecimento conserva um prestígio ao qual a cultura europeia jamais renunciou. Jamais pôde renunciar porque ela encontra-se apaixonadamente (passionalmente) presa ao seu caráter fascinante, inspirador do acontecimento. (*apud* ZILBERBERG, 2007, p.26).

A proposição de F. Jullien explicaria a profunda relevância de tais descontinuidades em nossa cultura: são rupturas estritamente ligadas a um fundo patêmico, afetivo, que nos move e nos comove.

J. Fontanille (2007) corrobora o pensamento de Zilberberg ao relacionar o acontecimento à racionalidade do universo da paixão: “o acontecimento não é acabado, ele advém e afeta aquilo que está diante dele, para quem ou em quem ele advém” (p. 188). O acontecimento, dessa maneira, não é da ordem do esperado, mas daquilo que irrompe na superfície supostamente lisa, contínua do cotidiano. Para esse autor, o devir programado de uma transformação pode ser alterado por um acontecimento, ou seja, “um advir passional que impõe suas próprias condições” (p. 238).

Conforme veremos na análise, um conceito de acontecimento, na esteira do conceito zilberberguiano, parece adequar-se ao *corpus* deste trabalho. Trata-se do que L. Tatit (2009) chama de *acontecimento de longa duração*¹¹ ou *acontecimento extenso*. Segundo Tatit, esse acontecimento é de ordem

¹¹ Na conferência *O acontecimento de longa duração*, proferida na sessão plenária *Rotina e Acontecimento*, durante Encontro Intermediário do Grupo de Trabalho de Semiótica da ANPOLL, realizado na Universidade de São Paulo, em 09/10/2009.

reiterativa, isto é, dá-se repetidas vezes. A repetição tem um poder que impregna mantendo ou ainda aumentando a intensidade do acontecimento. Em termos ainda mais metalinguísticos, a maior intensidade se mantém apesar da maior extensidade, ou ainda, no limite, a intensidade já inicialmente alta, se torna ainda mais incandescente com uma maior extensidade. Assim, o sensível se avoluma a partir da duração do acontecimento. O autor soma às práticas já estudadas pela semiótica, a utilitária e a estética, as práticas *desvairadas e impregnantes*. A primeira se refere, sobretudo, a um discurso (aparentemente) sem coerência. A segunda, por sua vez, remete a um acontecimento a partir de vários contatos. Nesse caso, a penetração do acontecimento é rápida – mas ela se conclui no final, ou seja, após sucessivas reiterações. “A iteração é impregnante”, sentencia o autor.

3. CORPUS

O *corpus* a ser analisado se refere à cobertura jornalística do *Jornal Nacional* do chamado pela mídia brasileira de *Caso Isabella*. De forma resumida, no dia 29 de março de 2008, às 23h30, a menina Isabella Nardoni, de cinco anos, foi jogada da janela do apartamento de sexto andar da família do pai, em Guarulhos, grande São Paulo. Os acusados de terem-na matado são a madrasta, Anna Carolina Jatobá, e o próprio pai de Isabella, Alexandre Nardoni. O *Caso Isabella* teve uma das maiores repercussões já vistas nos meios de comunicação brasileiros nos últimos anos. Um exemplo dessa importância é o fato de ter havido, em uma única edição do *Jornal Nacional*, até quatro matérias sobre o evento.

O recorte são os meses março, abril e maio de 2008. O assassinato da menina ocorreu no dia 29 de março, num sábado. A primeira notícia sobre o caso no *JN* se deu na segunda-feira, 31 de março. São, ao todo, 60 matérias e reportagens compreendidas entre o dia 31 de março e o dia 12 de maio. Optamos pelo dia 31 de março pela razão óbvia de se tratar da primeira matéria sobre o caso. O dia 12 de maio tampouco foi escolhido de forma aleatória, pois, o caso até essa data já está relativamente encaminhado. Embora os acusados não tivessem sido julgados e condenados, já se encontravam em prisão preventiva. No entanto, um dado em específico marca o dia 12 de maio: uma edição da primeira entrevista exclusiva com mãe de Isabella, Ana Carolina Oliveira, após a morte da filha, concedida no dia anterior pela revista eletrônica *Fantástico*, também exibida pela Rede Globo. Além disso, após o dia 12 de maio, notícias sobre o *Caso Isabella*

tornaram-se mais esparsas. Do total de matérias e reportagens fizemos uma triagem, de modo que o *corpus* totaliza aproximadamente 30 textos, obtidos por meio de transcrição ortográfica, que terão aqui alguns de seus trechos examinados.

Por fim, antes de iniciar a análise, salientamos que texto audiovisual, como o de um telejornal, se enquadra naquilo que Greimas e Courtés (2008) chamam de sincretismo¹², ou seja, várias linguagens articuladas produzindo sentido. Entretanto, optamos aqui pela análise do conteúdo apenas do verbal.

4. NARRATIVA E ACONTECIMENTO NO CASO ISABELLA

Nossa análise se inicia sob a perspectiva da narrativa com o trecho T₁¹³ da primeira matéria exibida no *Jornal Nacional* sobre o caso:

Foi enterrado nesta segunda-feira o corpo da menina Isabela, de cinco anos, que caiu de um prédio em São Paulo neste fim de semana. Segundo a polícia, ela teria sido jogada por alguém. O pai da criança, a mulher dele e alguns vizinhos prestaram depoimentos¹⁴.

Pelo excerto, notamos haver o que Greimas chama de narrativa simples, isto é, uma passagem de um estado anterior a um estado ulterior. Assim, um sujeito de fazer levou um sujeito de estado a entrar em disjunção com um objeto-valor (vida). Ainda pelo trecho, já é possível pelo menos tentar entrever os atores, que, num nível mais abstrato, correspondem ao actante sujeito de fazer responsável pela *performance*. O próximo trecho (T₂) reforça essa impressão:

Alexandre levantou a possibilidade de algum desafeto ter entrado no apartamento e jogado Isabela. “Está um pouquinho difícil de acreditar nisso, mas não descarto a hipótese”, contesta o delegado¹⁵.

¹² Greimas e Courtés definem as semióticas sincréticas como sendo aquelas que “acionam várias linguagens de manifestação” (p. 426).

¹³ Cada trecho será numerado de modo a facilitar a leitura e as remissões que sejam necessárias. Trecho um será doravante T1 e assim sucessivamente.

¹⁴ Trecho de matéria exibida dia 31/03/2008.

¹⁵ Trecho de matéria exibida dia 31/03/2008.

No fragmento T₂, o delegado desconfia da versão do pai de Isabella, de modo a indicar que o autor da versão, o pai, poderia corresponder ao ator discursivo, o qual remete a um possível sujeito de fazer da estrutura narrativa.

Voltemos ao T₁ para observá-lo por um segundo ponto de vista: uma menina cai da janela de um prédio, tendo sido jogada por alguém. Se, pela perspectiva da narrativa, essa ação pressupõe uma competência e uma manipulação, pela ótica do acontecimento, essa ação se caracteriza como um evento não previsto, não esperado, cuja decorrência imediata é a elevação a um altíssimo grau no eixo da intensidade, o que se evidencia em T₃:

Nesta segunda-feira, depois do enterro, o comerciante José Arcanjo de Oliveira, avô da menina, quebrou o silêncio da família. “Abalou a família inteira. Tenho quatro netos. Ela vivia mais com a gente, então a gente tinha mais carinho por ela”, conta o avô.¹⁶

O ato de *quebrar o silêncio* já implica a ação do contra-programa a que Zilberberg (2006) se refere, isto é, o discurso como forma de dar conta de processar inteligivelmente o sensível, de atonizá-lo. Vemos que a única declaração nesse sentido foi do avô da menina assassinada. Os demais parecem ainda permanecer estupefatos, descolados de uma temporalidade e de uma espacialidade, arrebatados, *abalados*, segundo a palavra do próprio parente, pela força e rapidez do evento.

Em T₄, observamos que, a partir da descontinuidade causada pelo acontecimento, e de seu sucessivo *vácuo*, surgem algumas paixões, taxionomias de uma (auto)moralização sócio-cultural:

A rotina do prédio mudou. “No prédio hoje nem prestador de serviço pode entrar”, contou um funcionário. “Está triste”, resume uma empregada doméstica. (...) A mãe de Isabela ainda não prestou depoimento. Mas, numa página de relacionamentos na internet, agradeceu a solidariedade dos amigos. Também escreveu uma mensagem para Isabela. “Filha maravilhosa da minha vida, você será eterna. Lutarei para conquistar tudo nessa vida em ‘nosso nome’. Te amarei para sempre!”¹⁷

¹⁶ Trecho de matéria exibida dia 31/03/2008.

¹⁷ Trecho de matéria exibida dia 01/04/2008.

O discurso, ao tornar inteligível o sensível, parece atribuir-lhe nomes. O exame das paixões de papel, de suas modalizações, aspectualizações e cifras tensivas, no entanto, não será o foco primordial deste trabalho¹⁸. Conforme dissemos, ambas as análises serão feitas em paralelo, o que nos faz interromper momentaneamente a segunda e retomar a primeira. Em T₅, observamos o seguinte:

A polícia de São Paulo ouviu nesta terça mais seis pessoas para tentar esclarecer a morte da menina Isabela, que caiu do sexto andar do prédio onde mora o pai dela. Dois depoimentos provocaram interpretações diferentes do delegado e dos advogados da família.¹⁹

Se voltarmos à noção de narrativa, o PN que ganha destaque nesse momento é a sanção. Assim sendo, o Destinator-julgador transcendente, figurativizável por lei e/ou justiça, é a força motriz de um percurso narrativo oposto, no qual, os suspeitos são o antissujeito, cuja identidade ainda está na combinação do ser e do não parecer. O segredo da narrativa, porém, passa à ordem do que é e parece ou daquilo que, pelo menos, parece ser – como vemos em T₆:

A polícia de São Paulo pediu a prisão temporária do pai e da madrasta da menina Isabella. A criança, de cinco anos, morreu ao cair de uma das janelas do apartamento do casal, no último sábado (...). Ana Carolina [Oliveira, mãe de Isabella] ficou três horas na delegacia. Segundo a polícia, ela traçou um perfil sobre o relacionamento com o pai de Isabella e disse como eram os encontros do pai com a filha. Na saída, ela não quis comentar o depoimento. “Já dei minha declaração. Que a justiça seja feita”, ela disse aos jornalistas.²⁰

O fato de que os atores pai e madrasta tenham tido suas prisões preventivas decretadas acena para algumas possibilidades da estrutura narrativa: a figura da madrasta corresponderia ao Destinator que teria manipulado o Destinatário e sujeito de fazer (pai)? Ambos, pai e madrasta, corresponderiam ao sujeito de fazer? Haveria um sincretismo actancial, em que madrasta corresponderia tanto a Destinator-manipulador e a sujeito de fazer? Como se disse, desde a primeira reportagem sobre o *Caso*

¹⁸ Na referida tese de doutorado em andamento (MENDES, 2013), haverá um capítulo exatamente sobre as paixões no discurso.

¹⁹ Trecho de matéria exibida dia 01/04/2008.

²⁰ Trecho de matéria exibida dia 02/04/2008.

Isabella, no *JN*, essas possibilidades já se esboçavam. Portanto, o desenrolar do discurso visa a compreender como se deu a sintaxe da narrativa, embora isso, dentro de uma perspectiva em que os actantes são estruturas sintáticas e não semânticas, equivale a um elemento de menor importância, pois, como já dissemos acima sobre o conceito de implicação e de pressuposição, se houve *performance*, logo, houve competência e manipulação. Em T_7 , observamos o seguinte fragmento:

Os motivos do pedido de prisão ainda não foram divulgados, mas a expectativa da Justiça é que o casal se apresente o mais rapidamente possível. Presos temporários ficam separados dos outros detentos.²¹

Se tal indefinição, por um lado, não tem grandes reflexos no nível narrativo, tanto no nível discursivo, quanto no tensivo, observam-se maiores decorrências. No primeiro caso, é de extrema relevância saber quem matou *Isabella*. Se foi o pai, a madrasta, ou ambos, o assassinato implicaria um rompimento com um dos maiores contratos da cultura ocidental, em que os pais são responsáveis pelo bem-estar dos filhos. Em termos semióticos, esse contrato se funda na relação entre os pais (sujeitos de fazer) manipulados pelo Destinador transcendente (a cultura, os valores morais etc.). Além disso, a figura de uma madrasta assassina e má se assenta em uma imagem que já pressuposta culturalmente no imaginário humano: a madrasta dos contos de fadas.

Por outro lado, em termos tensivos, um NÃO-SABER cria um aumento de intensidade, um frenesi, que só seria atonizado pelo *conforto do conhecido*, no termo zilberberguiano, isto é, quando se comprovasse a identidade dos assassinos. Em relação ao referido contrato, é justamente aí que se funda a lógica concessiva do *Caso Isabella*: embora um pai seja responsável pelo bem estar dos filhos, ele não só não o foi, como matou ou permitiu que matassem a própria filha. Podemos dizer que a repercussão, a comoção, os afetos em ebulição, em torno desse episódio se deveu em parte a essas razões. Em T_8 , vemos um exemplo disso:

Antes de se entregar aos policiais, o pai e a madrasta se apresentaram ao juiz que decretou a prisão. Mas, segundo a polícia, os dois foram hostilizados por pessoas que presenciaram a chegada deles no fórum.²²

²¹ Trecho de matéria exibida dia 02/04/2008.

²² Trecho de matéria exibida dia 03/04/2008.

Vemos que a sociedade, ator do nível discursivo, corresponderia a um Destinator-julgador, que sanciona o suposto sujeito de fazer, pai e madrasta, num percurso que se caracteriza próximo ao da vingança, ou, numa segunda hipótese, a sociedade clamaria por justiça, a qual seria, por sua vez, o Destinator-julgador, a quem caberia sancionar o sujeito de fazer. Neste caso, a sociedade ao se sensibilizar com o caso, metonimicamente, se sente parte da família assolada pela morte brusca e violenta da menina. T₉, ilustra com perfeição o sensível que se alastra como metonímia:

No cemitério, mais homenagens, flores e bonecas sobre o túmulo. “Chorei muito esses dias, se não viesse aqui hoje não ia aguentar”, disse uma senhora. Funcionárias do hospital onde Isabella foi socorrida depois de ser jogada do sexto andar do edifício London trouxeram velas e cartazes. “Acho que, de certa forma, a Isabella faz parte da nossa vida”, disse uma mulher. “Vim fazer uma homenagem pra ela e pedir justiça”, completou outra.²³

Assim, como vemos em T₉, pessoas que sequer conheceram Isabella choram e lhe fazem homenagens por se sentirem afetivamente ligadas a ela. Formou-se, de certo modo, uma espécie de grande família cujo ponto em comum é o sentimento de tristeza, de incompletude. Se, em termos narrativos, houve uma disjunção, discursivamente isso corresponde ao tema de paixões como a tristeza e diversas figuras que o concretizam. O nível tensivo se caracteriza, por sua vez, pela ruptura, pela intensidade, como já apontamos, muito elevada. Em T₁₀ podemos observar outro fragmento que expressa uma profunda comoção:

A comoção provocada pela morte de Isabella tomou o Brasil e se tornou um dos principais assuntos das conversas, tanto nas ruas quanto na internet. Isabella estudava numa escola da Zona Norte de São Paulo havia pouco mais de um ano. Ela estava no pré. A mãe de um coleguinha que conhecia bem Isabella diz que todos estão chocados pela morte brutal. Ela conta qual é a imagem da menina que ficará na memória. “Ela era linda, sorridente”. (...) Um anjo, também é assim que a mãe quer que Isabella seja lembrada. Na página de relacionamento de Ana Carolina na internet, já foram escritas mais de 100 mil mensagens de solidariedade. Nesta quinta, ela reuniu imagens em vídeo e também fez uma bonita e dolorosa homenagem à filha.²⁴

²³ Trecho de matéria exibida dia 29/04/2008.

²⁴ Trecho de matéria exibida dia 03/04/2008.

T₁₀ nos mostra então como um texto-enunciado, na terminologia de Fontanille (2008), se expande para outros níveis de pertinência. O autor propõe que se pense em níveis de pertinência na análise que, segundo sua classificação, estruturam-se da seguinte maneira: (1) signos e figuras; (2) textos-enunciados; (3) objetos e suportes; (4) práticas e cenas; (5) situações e estratégias e (6) formas de vida. Ao propormos uma análise de um *corpus* já enunciado, estamos nos localizando no nível de pertinência do texto-enunciado. Nesse sentido, buscamos compreender a construção do acontecimento imanente ao texto-enunciado. No entanto, o próprio texto-enunciado permite que se depreendam outros níveis de pertinência, como as práticas sociais e as formas de vida. A divisão feita por Fontanille (2008) nos mostra que os níveis de pertinência são, em última instância, textos para a semiótica. Textos que, por sua vez, se imbricam, se relacionam e se ressemantizam no contato uns com os outros.

Voltemos à questão da narrativa. Como já dissemos, o desenrolar do discurso ao longo dos dias em que matérias e reportagens foram exibidas sobre o *Caso Isabella* foram esclarecendo os meandros da sintaxe narrativa do *corpus*. T₁₁ nos mostra que o promotor responsável pelo caso, o antissujeito que se defronta com o sujeito de fazer, duvida da versão dos suspeitos. Segundo a versão contada pelo pai e pela madrasta, uma terceira pessoa, não se sabe quem, seria o autor da morte de Isabella. O promotor, no entanto, considerou as versões pouco convincentes e incoerentes:

O promotor que acompanha as investigações da morte da menina Isabella afirmou nesta sexta, em São Paulo, que há muitas contradições a serem esclarecidas no caso. Para Francisco Cembranelli, várias versões dadas à polícia pelo pai e pela madrasta da criança são fantasiosas.²⁵

Após um pedido de *habeas corpus*, pai e madrasta são libertados, mas ainda sob a condição de suspeitos. As investigações prosseguem e testemunhas ouvidas relatam que brigas entre o casal eram violentas e frequentes. Em T₁₂, depoimento de duas testemunhas acerca do dia do assassinato aproxima a polícia:

“Em discussões, apareciam uma pessoa da voz feminina principalmente e a voz masculina pouco se ouvia. Praticamente nada. Mas a voz feminina ficou muito marcada devido às palavras de baixo calão que se pronunciavam. Eram muitos

²⁵ Trecho de matéria exibida dia 04/04/2008.

palavrões. Não era uma briga típica de casal. Era uma briga de desespero”, conta a vizinha. Para a polícia, no entanto, Alexandre Nardoni afirmou que estava sozinho no apartamento e que a última discussão que teve com a esposa foi na semana anterior à morte de Isabella. Uma briga rotineira de casal. “Essa discussão foi questão de uns cinco minutos. Acho que não passou disso e, logo em seguida, veio o silêncio. Esse silêncio durou aproximadamente uns 10 minutos”, complementa a testemunha.²⁶

De posse do laudo da perícia, foi possível montar o que, segundo o *Jornal Nacional*, a polícia chamou de *dinâmica do crime*. A citação em T₁₃ destoa pelo tamanho das demais, contudo, é de fundamental importância para a compreensão da sintaxe narrativa do *Caso Isabella*:

Segundo a perícia, Isabella chegou machucada ao prédio. Ela foi ferida na testa por um objeto pontiagudo e sangrou dentro do carro. No carro, estavam: o pai, dirigindo, a madrasta, ao lado, o irmão menor na cadeirinha, atrás do pai, o irmão maior atrás da madrasta e Isabella no meio dos dois. Havia sangue de Isabella na lateral da cadeirinha, no encosto de cabeça do banco do motorista e no assoalho entre as duas fileiras de bancos. Do carro até o apartamento, não havia rastro de sangue. Para os peritos, isso significa que o sangue da menina foi estancado e, para isso, foi usada a fralda mais tarde encontrada no apartamento. A fralda estava mergulhada na água, mas os exames revelaram vestígios de sangue de Isabella. Pela sequência estabelecida pela perícia, a fralda foi retirada do rosto de Isabella na entrada do apartamento, onde começa o rastro de sangue. Isabella estava inconsciente ou imobilizada. Havia ferimentos na parte interna dos lábios, provocados pela pressão contra os dentes, o que demonstra que alguém segurou com força a boca da menina. A intenção seria impedir que ela gritasse. O rastro de sangue vai até perto do sofá, onde Isabella foi deixada no chão. Nesse local, havia uma concentração maior de sangue. Os peritos também concluíram que, nesse momento, Isabella estava com as pernas flexionadas, o que explica o formato do pingo de sangue na calça. Enquanto isso, a tela de proteção do quarto era cortada. A mesma pessoa que entrou com Isabella no apartamento pegou a menina de novo no colo e seguiu para o quarto de onde ela seria jogada. Todos os pingos caíram de uma altura de pelo menos um metro e vinte e cinco. Conclusão dos peritos: Isabella estava no colo de uma pessoa com altura compatível com a de Alexandre. Com a menina no colo, o agressor tentou subir na cama, em direção à janela, mas escorregou. O colchão ficou com o que os peritos chamam de esfregaço, a marca de um chinelo

²⁶ Trecho de matéria exibida dia 18/04/2008.

compatível ao que Alexandre usava no dia do crime. Ficou ainda a marca de uma pegada e mais um esfregão entre os colchões, sinal de outro desequilíbrio do agressor. Na sola do chinelo de Alexandre, havia sangue de Isabella e também foi encontrada uma mancha no tênis da madrasta. O agressor, então, ajoelhou-se na cama e passou o corpo de Isabella pelo buraco da rede. Segundo a perícia, o assassino segurou a criança de frente para ele, passou primeiro os pés dela pelo buraco, agarrou a menina pelos pulsos e soltou primeiro a mão esquerda. As marcas das pontas dos dedos e dos joelhos da menina ficaram na fachada do prédio. Na camiseta que Alexandre Nardoni usava no dia do crime, os peritos encontraram o desenho da trama da rede. Segundo eles, a sujeira e a pressão exercida sobre a tela deixaram marcas inconfundíveis, marcas que só seriam possíveis se ele tivesse pressionado firmemente o corpo contra a rede, com os braços esticados. Era a posição de quem jogou Isabella. Ainda segundo a perícia, foram encontrados na lixeira do apartamento pedaços de papel com a letra de Anna Carolina, a madrasta. Eram frases desconexas, que falavam das crianças e denotavam tristeza. Os peritos também concluíram que os sinais no pescoço de Isabella são compatíveis com as mãos da madrasta e que não havia mais ninguém na cena do crime além do casal.²⁷

Em T₁₃, observamos que aquilo que a polícia chamou de *dinâmica do crime*, isto é, a estrutura discursiva construída pela perícia através de indícios, de textos, num sentido lato, que metonímica e indicialmente reconstruíram as circunstâncias que envolveram a morte de Isabella. De T₁₃, podemos depreender então a seguinte estrutura narrativa: um sujeito de fazer (madrasta e/ou pai) realiza uma série de fazeres factivos (ferir a testa com um objeto pontiagudo; estancar o sangue e carregar até o interior do apartamento; segurar com força a boca da menina; cortar a tela de proteção da janela; jogar a menina pela janela) num sujeito de estado (Isabella). Assim, se encadeia uma série de programas narrativos de base, cujo PN de uso resultaria na *performance* de efetivamente fazer com que o sujeito de estado (Isabella) entrasse em disjunção com um objeto-valor (vida). Havendo a *performance*, depreendem-se, também, por pressuposição, uma competência dos actantes e uma manipulação de um Destinator sobre o sujeito de fazer.

O casal, então em liberdade, presta outro depoimento. A polícia, em posse do laudo da perícia, até aquele momento de caráter sigiloso, e, em face às versões de Alexandre Nardoni e Ana Carolina Jatobá, os indicia

²⁷ Trecho de matéria exibida dia 19/04/2008.

pelo assassinato de Isabella. As investigações prosseguem e o Instituto Médico Legal divulga o laudo completo sobre as circunstâncias da morte da menina. De acordo com os legistas do IML, antes de ser jogada, a criança já estava condenada à morte devido à esganadura que sofrera. Em entrevista ao *Fantástico*, revista eletrônica da Rede Globo exibida aos domingos, o casal se defende em rede nacional. As investigações continuam e é feita a reconstituição do crime. O casal então tem sua prisão preventiva decretada. A sanção pragmática, dessa forma, não tarda a suceder a *performance*, completando, assim o ciclo dos PNs que compuseram o esquema narrativo do *Caso Isabella*. O inquérito policial completo é então divulgado pelo JN em T₁₄, cuja extensão, assim como no trecho anterior, se faz igualmente necessária:

A primeira conclusão é que as agressões começaram no carro da família. Segundo o relatório, Anna Carolina Jatobá feriu Isabella na testa, com um instrumento não identificado. A madrasta segurava esse instrumento com a mão esquerda, virou-se para trás e alcançou o rosto da menina. (...) Depois da chegada à garagem do edifício London, segundo a delegada Renata Pontes, todos subiram juntos ao apartamento. Isabella estava no colo do pai. Alexandre a jogou no chão, diz o relatório, perto do sofá. Nesse local, observou-se maior concentração de sangue, não visível a olho nu, mas identificado graças a reagentes químicos. Em outro trecho, a delegada diz que Isabella sofreu duas fraturas devido a um forte impacto, como ter sido atirada no chão. O sangue foi limpo e, ao que tudo indica, segundo a delegada, com uma fralda de criança. Na noite do crime, a polícia encontrou uma fralda dentro de um balde. Era a única peça já lavada, no meio de outras que estavam no cesto e no chão, sujas. Segundo laudo do Instituto de Criminalística, reagentes químicos identificaram a presença de sangue na fralda. Para a delegada, o pescoço de Isabella foi apertado por tempo considerável e de maneira forte, a ponto de a menina sofrer asfixia. O relatório final sobre o caso menciona o fato de duas pessoas terem ouvido gritos de criança chamando o pai, pouco antes da queda de Isabella. A delegada Renata Pontes afirma: por causa das lesões, Isabella não podia gritar. Portanto, a voz era de do irmão de Isabella, de três anos, que queria que o pai intercedesse no momento em que a menina estava sendo asfixiada. E completa: sendo assim, se deduz que a pessoa que apertou fortemente o pescoço da vítima foi Anna Carolina Jatobá. A delegada Renata Pontes não indica o motivo do crime, mas afirma, no relatório, que há provas robustas de que Alexandre Nardoni jogou Isabella pela janela. As principais são as marcas da rede na camiseta de Alexandre e as marcas do chinelo que ele usava que ficaram num lençol. A delegada se diz impressionada com a atitude de Alexandre na noite do crime, que tentava convencer a todos de que

havia um ladrão no prédio e não demonstrava abatimento pela morte da filha. Para a polícia, não há dúvidas do descontrole emocional do casal. Em vários depoimentos, há relatos de brigas, principalmente por causa do ciúme que a madrasta tinha de Alexandre e de Isabella. Uma vizinha da família Nardoni disse à polícia que Anna Carolina disputava a atenção do marido. Chegava a tirar Isabella do colo do pai para ela própria, Anna Carolina, sentar-se no colo dele, mesmo com a menina chorando. No final do relatório, a delegada pede a prisão preventiva de Anna Carolina Jatobá e Alexandre Nardoni. Segundo a investigação, não haveria tempo suficiente para uma terceira pessoa ter cometido o crime.²⁸

O fragmento acima resume a morte da menina: a madrasta, movida pelo ciúme²⁹ que sentia da relação do marido com a enteada, teria manipulado o marido para que ambos assassinassem Isabella. Assim sendo, o ator Anna Carolina Jatobá³⁰ é tanto um sujeito de fazer como o Destinador do sujeito de fazer Alexandre Nardoni. O desenvolvimento temporal do discurso do *Caso Isabella* acaba por desvelar os actantes e respectivos papéis actanciais não explicitados inicialmente. Isso, todavia, são peças de um quebra cabeça de que se pode prescindir para compreender o essencial da narrativa em questão: uma ação de um sujeito de fazer sobre um sujeito de estado. Assim sendo, por esse ponto de vista, o que há são relações entre actantes a partir de uma estrutura de pressuposição, de implicação. Tal estrutura, no entanto, não é o lugar do sensível³¹, dos afetos. E nem o poderia, pois é uma estrutura eminentemente do *logos* e não do *pathos*.

Finalizaremos a análise por meio da perspectiva tensiva, do que Zilberberg (2006) denomina de *gramática do afeto*, expressão que, segundo o autor, não constitui um oxímoro. Tal gramática se refere tão-somente à análise sintagmática do afeto, do sensível, cujos elementos se articulam pelos pares *mais* e *menos*, a partir de uma dinâmica gradiente, de natureza contínua. O ponto de vista tensivo pretende justamente por

²⁸ Trecho de matéria exibida dia 01/05/2008.

²⁹ Uma análise das paixões no *Caso Isabella*, como já dissemos, será objeto de outro trabalho.

³⁰ O Destinador do sujeito de fazer correspondente ao ator Anna Carolina Oliveira poderia corresponder à paixão do ciúme, aos valores ligados ao egoísmo, ou a própria falta de confiança em si mesma, o que também se relaciona ao ciúme.

³¹ Por mais que o sujeito de fazer (madrasta) tenha sido movido pelo Destinador (ciúme), essa paixão em termos estritamente narrativos se trata de uma combinação de modalidades e, portanto, continua sendo uma estrutura lógica.

em destaque as grandezas afetivas, até então, tidas como irrelevantes. O afeto é, assim, a energia semântica que move o discurso – razão pela qual a intensidade rege a extensidade. Tal recção se caracteriza, desse modo, como uma reciprocidade ininterrupta do afeto e da forma. Destarte, ao lado de uma semiótica preocupada com a produção, apropriação e circulação de objetos de valor, erige-se o que Zilberberg (2006) chama de *semiótica do acontecimento*.

Como apontamos anteriormente, a dúvida em torno do desvelamento do crime é, em parte, responsável pela manutenção da alta intensidade provocada pelo sobrevir do acontecimento. Em vários trechos podemos comprová-lo. Em cartas publicadas pelo pai e pela madrasta poucos dias depois do assassinado temos em T₁₅:

Nós não tínhamos feito nenhuma declaração ainda, porque nós acreditávamos que o caso seria solucionado. Nós não somos os culpados. Ainda encontrarão o culpado.³²

Em T₁₆, evidenciamos outro trecho que explicita a intensidade em torno do NÃO-SABER em relação às circunstâncias da morte da menina:

A polícia espera esclarecer dados ainda obscuros na investigação com a quebra do sigilo telefônico de parentes de Isabella.³³

No fragmento T₁₇, observamos:

A verdade, segundo a polícia, está cada vez mais perto. “A gente tem que aguardar os laudos, reinquirição, reconstituição e aí o caso vai estar finalizado”, disse a delegada Renata Pontes.³⁴

Dessa maneira, esses excertos mostram uma manutenção ou talvez ainda um aumento de intensidade devido àquilo que ainda não se sabe.

Outra razão capaz de manter alta a intensidade (ou, ainda, elevá-la), a que acreditamos ser a preponderante, são as iterações sucessivamente televisonadas sobre o caso. Desde que se deu a morte de Isabella, notícias foram diariamente veiculadas na mídia brasileira. Por mais de dois meses,

³² Trecho de matéria exibida dia 03/04/2008.

³³ Trecho de matéria exibida dia 10/04/2008.

³⁴ Trecho de matéria exibida dia 12/04/2008.

ininterruptamente, pelo menos uma matéria ou reportagem sobre o *Caso Isabella* foi levada a cada edição do *Jornal Nacional*. O noticiário chegou a trazer quatro matérias jornalísticas sobre o caso em um único dia, cuja média é de 13 a 14 matérias no total. Em outras palavras, o *JN* concedeu mais de 30% do tempo total de uma edição ao *Caso Isabella*, o que significa uma importância altíssima, levando-se em consideração que o esperado de uma edição típica do *JN* seja o resumo das principais notícias do Brasil e do mundo.

Consideramos que as iterações sucessivas sobre o caso podem ser analisadas pelo conceito já mencionado de L. Tatit, chamado *acontecimento de longa duração*. A comoção em torno na morte de Isabella foi de intensidade crescente durante o período em que o caso era reportando diariamente. Podemos dizer que em T_1 houve a penetração rápida e tônica do acontecimento, naturalmente de ordem concessiva, como já explicitamos. No entanto, o conceito zilberberguiano parece não se adequar totalmente ao *corpus*, pois se espera que, após o impacto inicial, a intensidade se torne mais átona com o passar do tempo, e isso não é o que o *corpus* mostra. Vejamos alguns trechos que o exemplificam. Em T_{18} , lemos:

A comoção provocada pela morte de Isabella tomou o Brasil e se tornou um dos principais assuntos das conversas, tanto nas ruas quanto na internet. Isabella, a menina sorridente que aparece num vídeo divulgado nesta quinta na internet faria seis anos daqui a duas semanas. As fotos foram reunidas pelo namorado da mãe, Ana Carolina Oliveira, em uma homenagem à menina. (...) Um anjo, também é assim que a mãe quer que Isabella seja lembrada. Na página de relacionamento de Ana Carolina na internet, já foram escritas mais de 100 mil mensagens de solidariedade. Nesta quinta, ela reuniu imagens em vídeo e também fez uma bonita e dolorosa homenagem à filha.³⁵

A prática impregnante a que Tatit (2009) se refere é potencializada com o uso de imagens. A comoção em torno da morte de Isabella é tonificada também pelo sincretismo das linguagens verbal e visual. Em T_{19} , observamos mais um exemplo da sensibilização em torno da figura da menina:

Parentes e amigos se reuniram numa missa em homenagem a menina Isabella. Em São Paulo, a repórter Janaína Lepri acompanhou a cerimônia. A missa de sétimo dia de Isabella Nardoni durou cerca de uma hora. A estimativa é de

³⁵ Trecho de matéria exibida dia 03/04/2008.

que mais de 800 pessoas acompanharam a celebração, muitas delas em pé. A mãe da Isabella, Ana Carolina Oliveira, sentou na primeira fileira, ao lado do namorado e dos pais. Ela chegou cedo na igreja e foi muito abraçada por amigos e parentes. O momento mais emocionante da missa foi quando padre pediu que, em silêncio, todos rezassem pela garota.³⁶

Em T_{20} , T_{21} e T_{22} , vemos uma forma de se marcar a passagem do tempo ou de perceber o aumento da duração do acontecimento, o que caracteriza uma prática impregnante, isto é, por meio de repetidas iterações. Esses contatos fazem crescer a intensidade:

Dezesseis dias depois de Isabella ter sido jogada do sexto andar.³⁷

Em 25 dias de investigação, a polícia já ouviu 64 pessoas: 62 na condição de testemunhas e duas como suspeitas: Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá.³⁸

Na próxima terça-feira (29), vão completar 30 dias que Isabella Nardoni morreu.³⁹

Em T_{23} , selecionamos alguns trechos da última matéria do *corpus*, em que a mãe de Isabella dá a primeira entrevista após a morte da filha:

Muito emocionada, Ana Carolina Oliveira, de 24 anos, contou como encontrou Isabella no jardim do edifício London. “Ela respirava, o coração dela batia e ela estava no chão. Eu ajoelhei na frente dela e coloquei a mão no peito dela e falei: ‘Filha, fica calma, a mamãe está aqui, vai dar tudo certo. A minha maior esperança era ela continuar viva, eu pensei que se eu tirasse ela dali eu pudesse mexer em alguma partezinha do corpo dela que eu pudesse prejudicá-la’ (...) Falou sobre a dor, já no hospital. “Eu entrei no quarto, abracei ela muito forte, dei muito beijo nela, falei: ‘Filha, a mamãe vai deixar você ir em paz e a mamãe vai ficar aqui para lutar por você’”. Com o coração apertado, ela também falou sobre o Dia das Mães. “O dia mais triste da minha vida, porque há seis anos, porque no primeiro Dia das Mães eu estava grávida, vai ser o sétimo ano da minha vida que eu não sei o que é não ser mãe. Eu sou mãe, eu vou me considerar mãe para o resto da vida”.^{39,40}

³⁶ Trecho de matéria exibida dia 03/04/2008.

³⁷ Trecho de matéria exibida dia 14/04/2008.

³⁸ Trecho de matéria exibida dia 23/04/2008.

³⁹ Trecho de matéria exibida dia 26/04/2008.

⁴⁰ Trecho de matéria exibida dia 12/05/2008.

De caráter intenso, a entrevista com Ana Carolina Oliveira marca o exato momento em que o *mais de mais* se torna *menos de mais*. Em outras palavras, é o fim da máxima intensidade do *Caso Isabella*, um *acontecimento de longa duração*. Quando o acontecimento perde em intensidade ele deixa de ser acontecimento: é transformado em rotina. A partir dessa edição do *JN*, as notícias sobre o caso se tornaram mais esparsas, isto é, as reiteraões deixaram de existir de forma frequente, e o caráter de tais notícias passou a ser menos intenso, vivaz. O contra-programa do inteligível efetivamente se sobrepôs ao acontecimento, ao sensível. A intensidade cedeu passo à extensidade, o acontecimento deu lugar ao cotidiano. Ainda que se trate de um acontecimento de longa duração, cuja existência tônica e extensa se deveu em grande parte aos meios de comunicação e de sua respectiva prática impregnante, é destino inexorável do acontecimento se converter, mais cedo ou mais tarde, em rotina. Com isso, não pretendemos absolutamente minimizar o que foi o *Caso Isabella*, nem o papel das práticas impregnantes que permitiram a constituição desse acontecimento extenso.

Dado nosso referencial teórico-metodológico, ressaltamos que a comoção, a intensidade crescente em torno do *Caso Isabella* se dá intratextualmente. Porém, dessa enunciação enunciada também é possível se deprender a intensidade, a comoção, entre os actantes da enunciação pressuposta, figurativizados pelos telespectadores e pelo *Jornal Nacional*.

Por fim, gostaríamos de pontuar que, na obra de Zilberberg (2006, 2007) e de Greimas (2002), o acontecimento (ou a fratura, o inesperado, o *guizzo* etc.) está sempre relacionado a alguma manifestação artística, a alguma apreensão estética. O *corpus* que analisamos, diferentemente, é de ordem apenas estética, o que mostra ser possível extrapolar o conceito para uma concepção mais ampla de *acontecimento*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi o de introduzir uma breve reflexão concernente ao *corpus* apresentado, a cobertura jornalística feita pelo *JN* sobre o *Caso Isabella*, à luz dos conceitos de narrativa e de acontecimento e de suas lógicas subjacentes. Naturalmente, cada ponto de vista cria seu objeto, como ensinou o mestre genebrino. Porém, mais do que perceber a criação de objetos distintos, o presente trabalho, ainda que de forma preliminar, tentou demonstrar a adequação do *conceito de acontecimento de longa duração* (TATIT, 2009) a eventos de grande comoção social, como foi o *Caso Isabella*, em que os meios de comunicação têm uma função

imprescindível no que diz respeito à realização das práticas impregnantes. Além disso, procuramos demonstrar que a sintaxe narrativa, como estrutura lógica, não é o lugar do *pathos*. Por outro lado, a análise da manifestação textual do sobrevir e do sensível mostrou-se adequada por meio da correlação entre intensidade e extensidade, pelo que Zilberberg (2006) chama de *gramática do afeto*. Resta dizer, por fim, que um *corpus* de tamanha magnitude e concentração tímica suscita, certamente, outras análises a serem desenvolvidas em trabalhos ulteriores e complementares a este preâmbulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, Emile. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris, Gallimard, 1974.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução Eduardo Guimarães ... et al. Campinas-SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 3ª ed., 1991.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2007.

FONTANILLE, Jacques. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. In DINIZ, M. L. V. P., PORTELA, J C. (Orgs.). *Semiótica e Mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: UNESP/FAAC, 2008, p. 17-76.

LANDOWSKI, Eric. *Passions sans nom*. Paris: PUF, 2004.

LANDOWSKI, Eric. *Les interactions risquées*. Nouveaux Actes Sémiotiques. Limoges: PULIM, 2006.

GREIMAS, A. J. Les actants, les acteurs et les figures. In: Chabrol, C. (org) *Sémiotique narrative et textuelle*”, 1973, p. 161-176.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Da Imperfeição*. Hacker editores: São Paulo, 2002.

GREIMAS, Algirdas Julien, COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 2008.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, n. 6, 2005, p. 59-76.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral* -- 27. Ed. -- São Paulo : Cultrix, 2006.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2002.

TATIT, Luiz. *O acontecimento de longa duração*, conferência proferida na sessão plenária *Rotina e Acontecimento*, durante Encontro Intermediário do Grupo de Trabalho de Semiótica da ANPOLL, realizado na Universidade de São Paulo, em nove de outubro de 2009.

ZILBERBERG, Claude. *Elements de grammaire tensive*. Limoges: PULIM, 2006.

ZILBERBERG, Claude. Louvando o acontecimento. *Revista Galáxia*. São Paulo, nº13, p. 13-28. Jun. 2007.

OUTRAS REFERÊNCIAS:

Jornal Nacional. Site. Disponível em <http://jornalnacional.globo.com/>. Acesso em junho de 2008.